



[\(pt\)](#) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Histórias coloniais: ancestrais de um feminismo antirracista

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série 'Alice Comenta', da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por Bruno Sena Martins



[\(pt\)](#) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Os Cornos da Lua - Ecologias Feministas de Saberes

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por Teresa Cunha



[\(pt\)](#) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Pela Recuperação do Centro de Documentação Dom Helder

AN Original

No dia 3 de janeiro de 2020, o Centro de Documentação Dom Helder Camara, que pertence ao Instituto Dom Helder Camara (Idhec), teve a sede violada e depredada e parte do seu património furtado.

Por Centro de Documentação Dom Helder Camara



[\(en\)](#) Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

Mahatma Gandhi assassination anniversary in Narendra Modi's India

AN Original

On December 19th, 2019 when the Portuguese Prime Minister Antonio Costa, while commemorating the 150th anniversary of Mahatma Gandhi's birth, in India, announced that Portugal will be launching a Gandhi Citizenship(...)

By Amit Singh



[\(en\)](#) Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

Seeking Rights from the Left: Lessons for Today

AN Original

The 'Pink Tide' governments that came to power in Latin America at the beginning of the 21st century sought to profoundly transform Latin American society. Whether inspired by socialist, social democratic, (...)

By Constanza Tabbush, Elisabeth Jay Friedman



[\(pt\)](#) Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Boaventura de Sousa Santos: um intelectual em defesa da universidade

AN Original

Em dezembro de 2019, o professor Boaventura de Sousa Santos protagonizou uma série de atividades académicas e políticas em Pernambuco. Na sexta-feira dia 13 de dezembro, o pesquisador recebeu da UFRPE e da UFPE o(...)

Por Júlia Figueredo Benzaquen



en Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism

India Against its Own Citizen: CAA/NRC In The Eye of the Storm

AN Original

Under Hindu Nationalist Prime Minister Narendra Modi, India is increasingly declining from a vibrant democracy into a brutal fascist country. Gandhi is displaced by Savarkar- a Hindu ideologue who was inspired by(...)

By Amit Singh



Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

12 190
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

UNIVERSIDADE DE
COIMBRA - A Arte e a Ciência
Mudam-se em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

You received this message because you are subscribed to the Alice News Newsletter. If you do not want to receive it again, [click here](#).

Histórias coloniais: ancestrais de um feminismo antirracista

AN Original - Alice Comenta

2020-02-11

Por Bruno Sena Martins

Este artigo faz parte da série 'Alice Comenta', da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Reconhecer as diferentes constelações de poder e significado que definem as condições de vida e os horizontes de luta feminista implica considerar, também, como as suas existências das mulheres, nos diferentes contextos, são diferentemente definidas pelos termos do racismo estrutural. Na verdade, no sistema-mundo em que vivemos herdamos do longo tempo colonial um sistema mundo fortemente ancorado no modo como o racismo, patriarcado e capitalismo se orquestraram num processo de exploração que definiu férreas hierarquias acerca do humano. Vivemos ainda o legado das “formações imperiais” de que são parte as muitas ruínas - heranças coloniais - que permanecem vivas no presente, assombrando o futuro (Stoler, 2008). Nesse sentido, importa falar da escravatura, das guerras de ocupação colonial, do trabalho forçado, da mestiçagem como violação e das lutas de libertação para compreender os duradouros vínculos entre a experiência das mulheres racializadas e séculos de violência colonial que, através do racismo institucional, ainda se repercutem no presente.



Na Europa, fortemente marcada pela arrogância eurocêntrica, pensar as lutas feministas e os horizontes que superem a hegemonia hétero-patriarcal inevitavelmente nos confronta com as continuidades entre um passado imperial e o cúmulo de opressões que recaem sobre as mulheres negras. A expansão oceânica europeia dos povos ibéricos, iniciada já no século XV nas incursões de Portugal no Norte de África, viria a exercer o seu indelével impacto no mundo a partir de 1492 com a chegada de Cristóvão Colombo às Américas. Iniciou-se aí a colonização ultramarina dos povos europeus, por onde se definiram muitas das assimetrias do mundo globalizado em que vivemos hoje, um processo que em poucos séculos mudou a face do “novo mundo”, instaurando uma realidade social profundamente marcada pela violência colonial e racista. Até 1866, 12,5 milhões de africanos e africanas terão sido transportados/as para o continente americano no comércio transatlântico de escravizados/as. O ciclo imperial português, por exemplo, duraria, de forma significativa, até 1974 após 13 longos anos de Guerra Colonial entre o exército português e os movimentos de libertação em África. Nascido na gesta das lutas anticoloniais do pós-guerra, a Guerra Colonial portuguesa, com frentes de combate em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, viria a funcionar, direta ou indiretamente, como antecâmara definidora das independências de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em Portugal, a guerra viria a estar na origem da criação do Movimento das Forças Armadas (MFA), que a 25 de Abril de 1974 provocará, em Portugal, o golpe militar que derrubaria a longa ditadura do Estado Novo e abriria caminho à democracia.

A presença da violência colonial nos espaços democráticos europeus aproximou-se, durante muito tempo, daquilo a que Michael Taussig chamou de “segredo público”, ou seja, “algo que é comumente conhecido, mas que não pode ser articulado”(Taussig, 1999: 6). Um tal desígnio confronta-nos com uma

memória eurocêntrica, narrativas nacionais europeias que renegam a inscrição da violência colonial como parte das narrativas fundadoras do capitalismo global e da modernidade ocidental. Portugal, longe de estar isolado no vínculo a uma desmemória aprendida, partilha com muitos outros ex-impérios coloniais europeus uma descolonização por cumprir, aquela que resultaria do pleno reconhecimento da senda colonial enquanto parte central da experiência da modernidade ocidental.

O desafio de superar uma memória pública constituída sobre os termos dominantes da modernidade eurocêntrica não é apenas o de reconhecer realidades sociais e históricas que têm sido silenciadas, mas o de convocar, traduzindo, mundividências que permanecem ininteligíveis dentro dos modos estreitos de representar uma alteridade subalternizada, conforme as exigências cognitivas e materiais de uma ideia de Europa e do seu projeto colonial. Implica igualmente recusar a arrogância celebratória que vê na Europa o berço de uma civilização de vocação libertadora e universalista, denunciando a insustentabilidade de uma linhagem que consagra, como preciosos e singulares legados europeus, o renascimento iluminista, a democracia e os direitos humanos.

Partindo de um olhar para o passado colonial é possível reconhecer as continuidades entre o silenciamento da história colonial, a narrativa eurocêntrica, o silenciamento das mulheres na violência colonial, e a continuada elisão, sob a capa de um qualquer universalismo libertário, das estruturas de racismo institucional que marcam as lutas das mulheres racializadas como negras.

Um olhar para a Guerra Colonial portuguesa, por exemplo, mostra como as mulheres negras figuraram como vítimas de massacres e de violência sexual, como parceiras e prostitutas de soldados coloniais, mas também como fornecedoras de mantimentos e apoio logístico aos movimentos de libertação, como guerrilheiras nesses movimentos ou como educadoras das populações no seio de uma consciencialização anticolonial. Em 2012, tive a oportunidade de visitar no Norte de Moçambique uma aldeia, Nangade, onde ficaram aquartelados muitos ex-combatentes da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) que adquiriram alguma deficiência no decorrer da guerra. Trinta e oito anos depois da guerra foi surpreendente perceber que entre desses ex-combatentes, mutilados, sem pernas, cegos, sem braços, etc., uma elevada percentagem era constituída por mulheres que combateram contra o colonialismo e a cujas histórias de luta e sofrimento raramente temos acesso.

O devido reconhecimento do protagonismo das lutas e dos sofrimentos das mulheres negras no âmbito do longo tempo colonial deve informar um olhar atento para o modo como as mulheres racializadas confrontam, hoje, os “episódios de racismo quotidiano” (Kilomba, 2008). Nas sociedades europeias as mulheres negras estão desproporcionalmente representadas nos sectores mais empobrecidos da população, sujeitas a precariedade laboral, desemprego e expostas a violências. Trata-se de um quadro cuja parca visibilidade no seio das lutas feministas, LGBT+ e operárias exprime de que modo os quadros herdados pelo nexos colonial-racista fazem com que as suas vidas não sejam passíveis de luto/a.

Felizmente, a representação das mulheres negras vem sendo crescente. Esta emergência, aliada à ideia de que a autoestima é uma radical agenda política (hooks, 1995: 119), anuncia um importante processo de descolonização das lutas feministas. Na verdade, a voz das mulheres negras coloca-nos perante resistências e lutas políticas fulcrais para um feminismo capaz de se proclamar anticolonial e antirracista, um levante essencial para um alargamento dos horizontes de luta democrática e justiça histórica.

-
- hooks, bell (1995), **Killing Rage: Ending Racism**. Londres: Penguin Books.
 - Kilomba, Grada (2008), *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Münster: Unrast.
 - Stoler, Ann Laura (2008), "Imperial Debris: Reflections on ruins and ruination", *Cultural Anthropology*, 23(2), 191-219.
 - Taussig, Michael T. (1999), *Defacement: Public Secrecy and the Labor of the Negative*, Stanford: Stanford University Press.
-

Bruno Sena Martins é Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). É licenciado em antropologia e doutorado em sociologia. É Coordenador do Programa de Doutoramento "Human Rights in Contemporary Societies" e Docente no Programa de Doutoramento "Pós-Colonialismo e Cidadania Global". É Co-coordenador no Programa de extensão académica "O Ces vai à Escola". Entre 2016 e 2019 desempenhou no CES as funções de Vice-presidente Conselho Científico do CES/UC e entre 2013 e 2016 foi Coordenador do Núcleo "Democracia, Cidadania e Direito" (DECIDE) do CES/UC. Os seus temas de interesse preferenciais são: corpo, deficiência, direitos humanos e colonialismo.

*Uma versão deste texto foi publicada originalmente em inglês em [Discover Society](#).



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sofia
Instituto do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

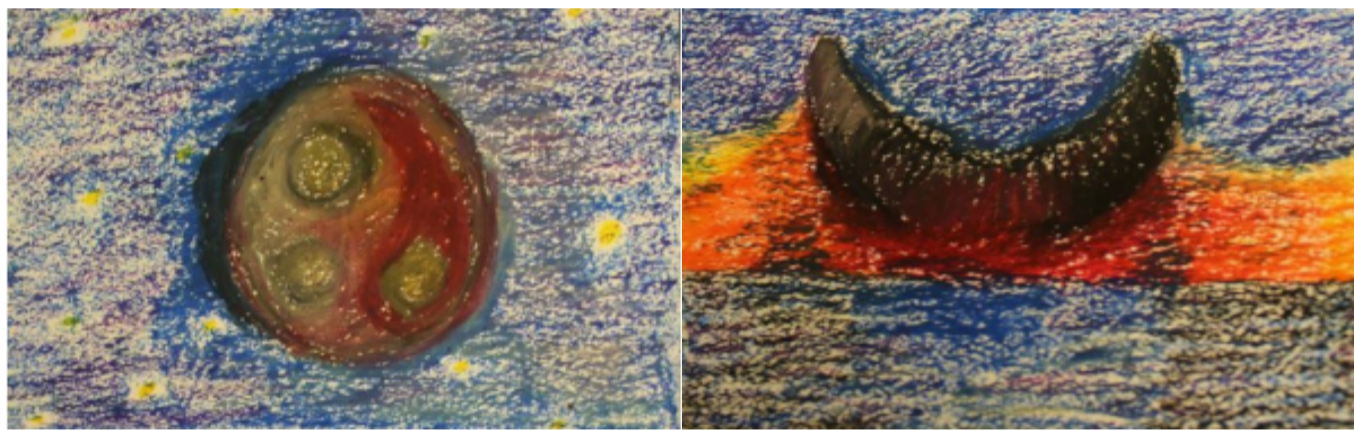
Os Cornos da Lua - Ecologias Feministas de Saberes

AN Original - Alice Comenta

2020-02-04

Por Teresa Cunha

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.



Ilustrações de Raquel Pedro

N'weti dobrou as costas e as pernas e deitou a cabeça no colo de Wezu.

- A minha filha morava longe de mim. Muito longe.
- Mãe tens que vir para o pé de mim.
- Mas como se aí onde tu estás não tenho casa?
- Mãe vem até cá e falamos com o soba Simba Kokwana. Ele já é um soba com mais futuros do que passados. Vem mãe, vamos falar com ele. Eu vou pedir um encontro e tu vens, mãe.

Cheguei e a minha filha estava à minha espera com um grande sorriso. Em casa e depois de nos sentarmos na fresca sombra da amendoeira e beber um copo de água ela disse-me:

- Mãe consegui marcar o encontro para amanhã de manhã bem cedo. Ele vai estar na casa da administração de Xixoxo com o seu conselho de anciãos. Isso é bom, não é? Mas mãe, não podes ir assim vestida. Tu sabes, não sabes? Mãe, tens que amarrar uma capulana na cintura e por o lenço. Ele não recebe as mulheres que não forem assim vestidas!

Wezu, tive vontade de gritar com ela e com toda a gente que ali estava: aonde estão os frutos da libertação, mulheres? Não são nossos também? Aonde enterraram o coração da liberdade que pagámos com o sangue das nossas vaginas e os nervos de aço dos nossos corações? Contive-me porque ela é a minha filha e eu disse mais uma vez a mim mesma que mais valem os nervos de aço do meu coração do que a raiva semeada por essa coisa a que chamam tradição que mais não é que um pé de bota suja em cima dos nossos seios para que o grito não saia e o medo nos emprenhe nas veias mais fundeiras do nosso ventre.

Mas lá fui, de manhãzinha, o sol despedindo-se da lua que mostrava os seus belos cornos impondo-se como uma coroa altiva. No fundo da estrada de chão lá estava a casa redonda e baixa onde os conselheiros, todos homens, todos velhos, todos secos se reuniam na escuridão circular interior. Junto à pequena e única abertura da casa ficava o soba sentado no banco de três pernas. Distingui nele e mais do que tudo a enorme barriga tão inchada como um malambe e luzidia como as escamas de um peixe. A minha filha alertou-me então:

- Mãe, baixa os olhos, não olhes para ele directamente, está bem? É o respeito.

Ai que raiva! Mas o silêncio da minha voz manteve-me amarrada ao lenço à volta da cabeça e os meus olhos ficaram detidos pela visão de uma formiga que carregava nos seus ombros comida para mais de cem dias.

- Então, mulheres, o que querem de mim?
- A minha filha vive longe de mim e eu queria vir viver para junto dela. Preciso de terra para fazer uma casa e a minha machamba. Sabemos que tu tens terras vazias.
- O quê?

Gritou ele com um ronco profundo acompanhado das gorduras da sua barriga enormíssima.

- Porque haveria eu dar terra a uma mulher? Tu não sabes que as mulheres não têm direito a ter terra?

Eu rodei os pés para sair dali imediatamente mas a minha filha puxou com força a ponta da minha capulana e percebi que ela queria que eu tentasse mais uma vez, com mais e melhores argumentos, com mais choros, com súplicas e favores. Mas eu apenas consegui dizer-lhe:

- Como está a tua saúde? Pareces um pouco doente?

- Tu és médica por acaso?

- Precisas de alguma coisa que eu possa fazer por ti?

- O meu pau já não funciona. E isso é mau para a minha autoridade dentro de casa e também aqui na casa do governo. Há muitos meses que o meu pau foi comido pelas formigas do medo. E sem pau entre as pernas a funcionar as minhas mulheres e os meus homens não me respeitam. Achas que podes fazer alguma coisa por mim?

Wezu, apertei os dedos das duas mãos até me doerem para não responder que o pau dele, de todas as coisas da vida, era o que menos me interessava. Mas mais uma vez, com todas as clandestinidades aprendidas em tantos séculos e milénios de resistências deixei que a minha voz enrouquecesse mas falasse para ele.

- Sim, posso ajudar-te. Sei o que fazer. Para isso tenho que voltar para casa e fazer uma bebida que te vou mandar. Tu ficas e só podes comer as verduras da machamba das tuas mulheres, a abóbora e o feijão. Tens que beber muita água do rio filtrada pela terra vermelha onde está construída a tua casa. Tens que andar todos os dias daqui até onde os cornos da lua se levantam em cada noite. Se fizeres o que te estou a dizer afirmo que, em seis meses, o teu pau vai funcionar e o teu corpo vai agradecer.

- Mulher, se isso for assim dou-te toda a terra que tu quiseres.

Eu não respondi apenas rodei nas pernas e fui embora arrancando o lenço e a capulana assim que a poeira da estrada diluiu os nossos corpos, o meu e da minha filha, na nuvem das suas partículas. Decidi fazer a beberagem e enviá-la. Espremi maracujá, pilei folhas de moringa, juntei água, mel e flores de hibisco. Fiz doze garrafas e preparei a encomenda. Arregimentei o acordo que me dava as terras e o direito de construir a minha casa e plantar os meus cajueiros. Pedi respostas prontas e claras. Passados os seis meses vi que o séquito do soba se dirigia à minha casa.

Segui à risca os teus remédios. Tenho força e durmo bem. Como apenas o que me mandaste e bebi três vezes por dia um copo do teu medicamento. E agora as minhas mulheres já não se podem queixar porque o meu pau está de novo a funcionar. Elas dizem que até melhor do que quando eu era novo. Estou tão feliz que resolvi que toda a gente de Xixoxo só pode comer hortaliça, abóbora e feijão nhemba. Beber só podem beber água filtrada pela terra vermelha. Mas falta saber fazer os medicamentos. Trouxe a mulher mais bonita de Xixoxo para ficar contigo e aprender a fazer esse sumo de espíritos fortes que me deste.

Wezu, sabes o que eu fiz? Levantei a cabeça e olhei-o no meio dos olhos. Estava sem capulana nem lenço e ainda deixei cair a blusa pelos meus ombros abaixo e empinei os meus mamilos diante dele. Falei forte, falei alto, falei sem medo e sem o deixar entrar no pátio da minha casa:

- Se ela quiser ficar pode ficar. Mas só se ela quiser ficar.

Simba Kokwana e a comitiva espantaram-se com os meus preparos e a minha voz cheia de afirmações em vez de pedidos. Mas não entraram no meu pátio e pediram à menina para ir falar comigo. Falámos até que a noite avançada já mostrava a lua grande e vermelha que ansiava por deixar os seus cornos à vista de toda a gente

- Wezu, agora já é noite e o teu regaço está quente como um ninho. Tu também sabes que a raiva semeada por essa coisa a que chamam tradição que mais não é do que um pé de bota suja em cima dos nossos seios para que o grito não saia e o medo nos emprenhe nas veias mais fundeiras do nosso ventre é para rasgar e pisar debaixo dos nossos pés, não sabes?

A luta continua!

Este texto é uma co-autoria entre Teresa, Patrícia, Wezu e N'weti e é a nossa reflexão sobre a **Escola de Inverno Ecologias Feministas de Saberes II - Saberes e Práticas para a C[u]jidadania**



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
Ciência e Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sãta
mostra no Livro de Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Pela Recuperação do Centro de Documentação Dom Helder

AN Original

2020-01-31

Por Centro de Documentação Dom Helder Camara

No dia 3 de janeiro de 2020, o [Centro de Documentação Dom Helder Camara](#), que pertence ao Instituto Dom Helder Camara (Idhec), teve a sede violada e depredada e parte do seu patrimônio furtado.

Dom Helder Camara foi arcebispo de Olinda e Recife (Brasil) e lutou pela paz, justiça, e contra as múltiplas formas de opressão do ser humano. Dom Helder denunciou ao mundo as torturas e violações aos Direitos Humanos pelos regimes totalitários e foi perseguido e ameaçado pelo regime militar no Brasil. Pelo seu trabalho em defesa dos direitos humanos, dom Helder recebeu vários prêmios internacionais, como Martin Luther King, nos Estados Unidos, 1970, e o Prêmio Popular da Paz, na Noruega, 1974. O religioso é autor de 35 livros, incluindo os 13 volumes das Obras Completas, a maioria ensaios e reflexões sobre o terceiro mundo e a Igreja. Ele recebeu 32 títulos honoris causa de universidades estrangeiras e, em 2017, foi declarado por lei Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos.

O Centro de Documentação guarda todo o acervo da vida de dom Helder, incluindo livros, revistas, obras em geral e manuscritos. Esse acervo serve de fonte para teólogos, pesquisadores e alunos de mestrado e doutorado. Com o roubo, as pesquisas em andamento foram paralisadas bem como todas as atividades do Centro. Por questões de segurança, todo o acervo de dom Helder teve que ser transferido para um outro local e a volta ao funcionamento normal do Centro ainda não tem data prevista.

Mais de cem organizações publicaram uma [Nota de Apoio e Solidariedade ao Instituto Dom Helder Camara \(Idhec\)](#) e junto com escritor e músico Chico Buarque de Holanda, o Centro lançou uma [campanha para arrecadar recursos](#).

Veja o vídeo com Chico Buarque:



CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DO IDHeC - CHICO

Centro de Documentação Dom Helder Camara pertence ao [Instituto Dom Helder Camara \(Idhec\)](#) e tem sede em Recife, Brasil. O Centro mantém todo o acervo da vida de dom Helder Camara.

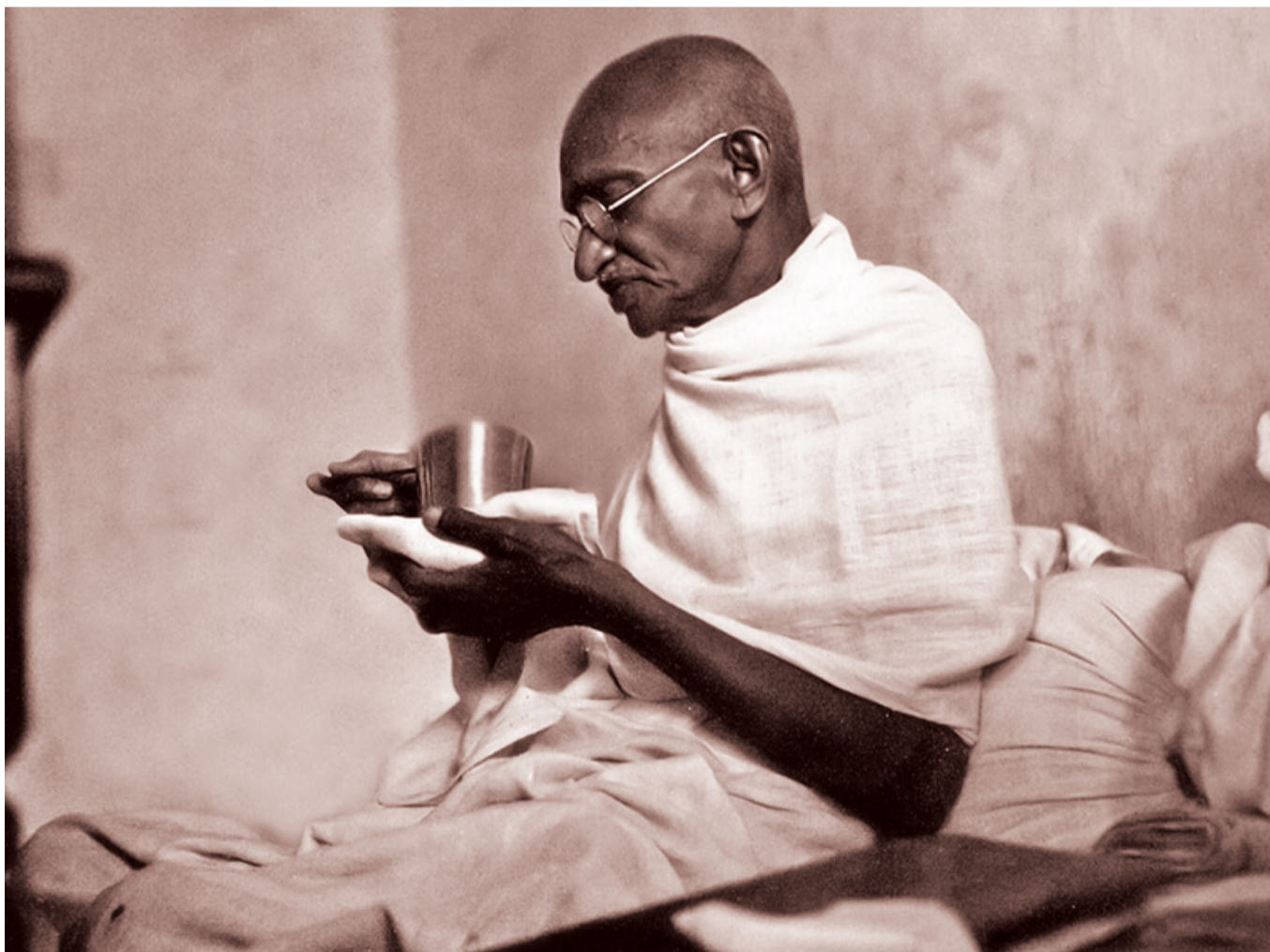
Mahatma Gandhi assassination anniversary in Narendra Modi's India

AN Original

2020-01-30

By Amit Singh

On December 19th, 2019 when the Portuguese Prime Minister Antonio Costa, while commemorating the 150th anniversary of Mahatma Gandhi's birth, in India, announced that Portugal will be launching a [Gandhi Citizenship Education Prize](#) in order to help perpetuate Mahatma Gandhi's ideals, perhaps he did not know that his Indian counterpart Narendra Modi stands against them. Today we commemorate the assassination of Gandhi by an Hindu nationalist, occurred on January 30, 1948; it is all the more relevant to briefly analyse the distance between Modi's India and the India Gandhi strived for. Gandhi's vision of peace, communal-harmony, and non-violence seem more relevant than ever before in today's India rife with state violence against religious minorities, communal hatred, authoritarian rule, and Hindu nationalism – which is based on cultural pride and Hindu superiority over other religions.



Although Gandhi may be revered in the world over for championing the people's struggle for freedom, Hindu fundamentalists never liked his ideas of inclusive citizenship (irrespective of caste, creed and religion), religious pluralism, and Hindu-Muslim brotherhood. In fact, Hindu Mahasabha (a Hindu nationalist organization) leader Puja Shakun Pandey [shot at an effigy of Gandhi](#) with a toy gun on his death anniversary, and in another incident the ruling Hindu nationalist Bhartiya Janata Party party's leader Pragya Thakur's called [Mahatma Gandhi's killer "a patriot"](#).

In an increasingly intolerant India, under Prime minister Narendra Modi, peaceful protestors are often met with state violence. Ruling BJP (Bharatiya Janta Party; meaning India's People's Party) state chief minister, Yogi Adityanath, BJP chief minister of Uttar Pradesh and a militant Hindu nationalist, pledged to [take revenge on protesters](#) in the wake of the unrest concerning the Citizenship Bill and the National Register of Citizens, which could result in millions of Muslims being declared illegal aliens in their own country. Interestingly a [draconian colonial-era regulation](#) is being used to shut down protests against the new citizenship law in India. Narendra Modi's government has even been criticized by international media and also by [European parliament condemnations for stoking communal division](#) in Indian society.

India's ranking in the latest [global Democracy Index](#) has dropped 10 places to the 51st position out of 167 owing to violent protests and threats to civil liberties challenging freedoms across the country.

Today's India, where freedom of expression is being criminalized, is certainly not the India that Gandhi had imagined. Today the government persecutes religious minorities and the Hindu majority is becoming intolerant to dissenting views. Had Gandhi been alive, he would have fought tooth and nail against hegemonic Hindu nationalism, protested against anti-Muslim Citizenship bill, and would almost certainly have been declared 'anti-national' by Hindu nationalists.

Interestingly, besides its vast cultural diversity, India is also known for Mahatma Gandhi's principles of non-violence and civil disobedience – a method he mastered against British colonialism and that won India's freedom in 1947. Gandhi's peaceful method of non-violence seems to hold no sway over Hindu fundamentalist leaders. Syncretism, pluralism, and tolerance – values that Gandhi stood for – are being rejected outright by the Modi government. Unlike Hindu nationalism, Gandhi's patriotism sought a diverse and unified India that included all communities.

Nevertheless, the current government certainly underestimates the power of peaceful protests, and disregards Gandhi's ideas of civil disobedience through non-violent resistance. Gandhi mobilised the Indian masses, carried out major nationalist movements, such as the Non-Cooperation Movement (1920-22), Salt Satyagraha (1930), and the Quit India Movement (1942). Gandhi's ideas of non-violence and civil resistance also influenced other civil disobedience movements across the globe. Martin Luther King, Jr. drew on his methods and strategies during the Civil Rights Movement in the United States, and the Dalai Lama was inspired by his teachings.

Gandhi's activism was shaped by Hinduism and Jainism – Indian religions. In particular, he drew on the Hindu text "Bhagavad Gita" in a religious framework based on the values of simplicity, duty and non-violence. Gandhi's writings exhort readers not just to avoid physical violence but also mental violence (such as acting out of malice or hatred or anger). However, in independent India, violence has been embedded in the functioning of the state – a system of oppression in continuation with the colonial legacy – and remains a popular method of population management. Therefore state violence is employed and justified against peaceful protestors by the ruling leaders, its supporters, and the state sponsored media.

Interestingly, while in foreign countries Prime Minister Narendra Modi eulogizes Gandhi and appreciates the cultural diversity of India, at home, his government is actively dismantling democratic institutions, terrorising religious minorities; hounding academics, intellectuals and human rights activists. Inviting politicians like the Philippines president Rodrigo Duterte, and the Brazilian President Jair Bolsonaro as a guests of honour on India's republic day, also reflects the kind of extremist ideology that the prime minister Narendra Modi propagates, and that is contrary to Gandhian ideas of non-violence, love and tolerance.

Needless to say, in the absence of Gandhi's principles of inclusiveness and religious pluralism, India, which is divided by caste, religion, and language, is slowly disintegrating – essentially if not geographically. Cultural diversity and a vibrant civil society have ever since been strengths of India but are now challenged by Hindu nationalism. Also the global community is puzzled to see India as a country in which aggressive nationalism and religious intolerance have become a serious threat to democracy. In such context, Gandhian ideas of non-violence and tolerance could and should play a positive role in resisting against the failure of India's democracy, especially by providing reinvigorated strength to India's very rich social diversity.

Amit Singh is a Human rights researcher. He is a PhD student in Human Rights in Contemporary Societies at the Centre for Social Studies since 2017. Amit is also a research fellow at the Centre for the Study of Indian Languages and Society, in India. In addition, he is a guest topic editor at FRONTIERS, research journal. His work is cited by the top professionals. Amit holds MSc. in Human rights and multiculturalism from University of Southeast Norway; M.A. in Human rights from Mahidol University, Thailand and M.A. in World History from Pondicherry University, India. Amit has done master thesis project on freedom of expression and religious intolerance in India. He was a fritt ord scholar, in Norway; he also did another master thesis on Insecurity of legal status of Pakistani Ahmadiyya refugees in Thailand (funded by Mahidol university alumni association, and Community Resource Centre, Thailand). He is Editor-At-Large (Human rights) at the Different truths webzine, human rights columnist at The Oslo Times, and The Citizen. His recent book is, The Conflict of Freedom of Expression and Religion- A Case Study from India, 2018. Another publication is 'Mounting Discrimination Declining Hope- Dilemma of An Indian Muslim.' His human rights advocacy materials have been published in, 'Voice of Voiceless, May 2013, Vol.3, No.1. Amit has worked with the United Nations High Commissioner for Human Rights (Bangkok, Thailand) the United Nations Development Program (New Delhi, India), the National Human Rights Commission of India and Philippines. As a project coordinator of Universal Tolerance Organization, Norway, he has coordinated Global Tolerance Forum in 2015, on issue of Religious Extremism and fundamentalism. Amit has been invited to present his research paper in various national and international forums, including University of Massachusetts(USA), York University(Canada), the International Association on the Study of Forced Migration(India), Oslo University(Norway). His particular areas of interest are religious conflict, multiculturalism, refugees, torture, Caste discrimination, religious extremism, and freedom of expression. Amit was president of the International Students' Union at the University College of Southeast Norway, and Mr. Brand Ambassador at Mahidol University, Thailand. In November 2014, as a president of the International Students' Union at the University College of Southeast Norway, Amit led a campaign to support Right to Free Education in Norway- to protest the Norwegian government's attempt to charge education fees from non-EU students. In Norway, Amit worked with Mohammad Mostafaei, an Iranian human rights lawyer and a political refugee working against religious extremism and juvenile death penalty in Iran. In Thailand, he interned with Asylum Access, advocated policy change for refugee's protection. In addition, working with Community Resources Centre in Thailand, Amit highlighted human rights violations of indigenous people's land exploitation by mining company. For his human rights activism, Amit was awarded REX global fellowship, Jan Mitra human rights award, Human rights year of the crusader (2016) award. His article, 'How Tribals In Bastar Are Threatened By Police' was selected a top stories in 2017 by an Indian youth online magazine. He has done translation work for NGOs and documentary film makers working on human rights issues in India and Denmark. In 2018, Amit was invited by Professor Catarina Kinnvall, to work as a visiting researcher at Lund university. In 2012, Amit was invited to work as a research assistant by Dr. Barbara Harrell-Bond, Emerita Professor, Refugee Research Centre, University of Oxford. Amit hold membership of European Integration & the Global Political Economy Research Network, Columbia University, and Asia Pacific Refugee Rights Network, Thailand. He regularly has been invited as a

Seeking Rights from the Left: Lessons for Today

AN Original

2020-01-29

By Elisabeth Jay Friedman, Constanza Tabbush

The “Pink Tide” governments that came to power in Latin America at the beginning of the 21st century sought to profoundly transform Latin American society. Whether inspired by socialist, social democratic, liberal, decolonial, or other ideologies, they promised to challenge the mutually reinforcing social, economic, and political inequalities that mark the region. As this wave recedes into a more heterogeneous horizon of right-, center- and left-leaning political contexts across the region, it leaves behind a highly mobilized populace and heightened tensions with current administrations on issues ranging from economic development to bodily autonomy. What lessons emerge from the Pink Tide for feminist and LGBTQ activists? Could the Pink Tide legacy help us understand current movement politics marked, at the same time, by anti-gender efforts and populous pro-democratic protests? Our research suggests that these lessons are very relevant to today.



#TimeToAct Mural in La Paz, Bolivia, by artist Knorke Leaf/ ph: Shawna Mullenax

In a recent [collaborative study](#) we conducted with 12 other scholars from South and North America, we advanced an original, intersectional, and comparative assessment of the Pink Tide’s engagement with gender and sexuality. We focused on the ways in which feminist, women’s, and lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) movements and demands were encountered by state actors and institutions. We centered on the often-contentious issues of social welfare, political representation, violence against women, women’s bodily autonomy, and LGBT relationship and identity recognition across eight case studies – Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Ecuador, Nicaragua, Uruguay, and Venezuela.

As a whole, we observed that these governments made a significant difference in the lives of women and LGBT people in the region, but their reliance on traditional gendered and other relations of power and strategic trade-offs among gender and sexual rights prevented the realization of gender and sexual justice. This nuanced conclusion in many ways echoes previous experiences with left governments, pointing to the ways in which the Latin American state itself is grounded in heteronormative ideals and institutions. It thus unveils some of continuities that undergird periods of left and right governance.

First and foremost, we found significant progress under the Pink Tide. Most governments improved the basic economic conditions of poor women and their families, often through providing cash transfers. In many cases, women’s representation in national legislatures advanced to some of the highest global ranks. Some countries legalized same-sex relationships and enabled their citizens to claim their own gender identity. They also opened up opportunities for feminist and queer movements, and in some cases, indigenous and Afro-Latin women’s collectivities, to engage state actors and press forward their demands.

Yet, in parallel, many of these governments ignored, rejected, or sidelined some of the more transformative elements of feminist, women's, and LGBT advocates' demands. They made strategic trade-offs among gender and sexual rights, such as promoting the rights of LGBT people or women's political representation while denying reproductive health and rights for women. Growing indigenous and peasant women's mobilizations strongly linked to the defense of their territories and natural resources articulated a much-needed debate over the Pink Tide's developmental models and sustainability, and their continued reliance on economic policies of environmentally degrading extractivism.

Moreover, the Left's more general political and economic projects were profoundly, if at times unintentionally, informed by traditional understandings of gender and sexuality. As a central example across most cases, not only did poor women's unpaid care work fuel the much-celebrated social programs that reduced extreme poverty, but their unpaid community work undergirded the Left political project as a whole. This was particularly notable in the Venezuelan case, where a revolution said to have a "women's face" largely mobilized low-income women to support revolutionary transformation, rather than revolutionizing gender relations to support women.

What we learned from this collaboration is that the possibilities for gender and sexual justice seem to depend on both the organization and actions of collective actors as well as institutional contexts. One critical lesson about effective mobilization is the importance of fostering and sustaining collaborative relationships, if not outright coalitions, among individuals, groups, or movements that are rooted in both state and society that can cut across issues and institutions. Another lesson linked to this point is the need to strategically hook narration of common demands to larger frameworks of legitimation at the national level, such as upholding human rights or recognizing human diversity. The degree of state institutionalization, particularly the effectiveness of checks on executive power, is central to determining the ultimate impact of the Left on gendered and sexual relations of power. Moreover, the largely under-analyzed alliances that progressive political forces struck up with conservative religious ones to gain or hold onto power played a central role in determining the fate of policy issues – such as abortion or marriage equality – that interpellate traditional or cultural norms in Latin America. These alliances also paved the way for the growth of groups opposing gender equality and sexual rights in more recent years.

Within the heterogeneous context of today's politics, the relationships among political and religious authorities under left governance appear to continue strengthening. Indeed, insofar as right-wing nationalists and populists seek to redefine a national project as a counter to the ideals of the Pink Tide, they are deliberately targeting the beliefs and people who seek to transform fundamental inequalities, such as those based on gender, sexuality, class, race, and ethnicity. This has propelled a vast, loose network of conservative actors to mobilize against women's and LGBT rights in national and international arenas under an "anti-gender ideology" umbrella. Whether through electoral alliances, ministerial appointments or basic service delivery, they have gained influence in institutional politics, with the alleged aim of bringing back a mythical past in which nuclear heteronormative families were the "norm" and gender roles were "natural." By employing moral discourses and campaigns such as "don't mess with my kids (*con mis hijos no te metas*)," their preferred focus has been on some of the gains of the Pink Tide in the areas of comprehensive sexuality education, or sexual, reproductive and LGBT rights. We have seen this emerge strongly in Jair Bolsonaro's Brazil and Iván Duque's Colombia. Moreover, the impact of this conservative influence has extended to encompass a broader range of topics, including questioning violence against women, work and family conciliation policies, and challenging even public education more generally.

Simultaneously, experiences under and after the Pink Tide have led to a new generation of feminists taking to the streets, with energy and innovative strategies, to protest the lack of progress on gender-based violence or reproductive rights. And concerted actions and alliances among those who continue to seek more just and equitable societies have brought together feminists, LGBT and pro-democracy advocates in vibrant massive protests. For example, consider the broad-based coalitions and enormous mobilizations for legal abortion in Argentina and against Bolsonaro's election, or the national movement for democracy in Chile. What is notable across these coalitions is the centrality of actors, and demands, that honed their mobilizational capacity and relevance under the Pink Tide. While the anti-gender forces may be strategically intervening in states more open to their influence, gender and sexual justice has moved into the center of broader struggles over the types of societies we want to live in, the content and scope of human rights, the reach of religious authority, and ultimately, the role states should play in promoting more equitable and fair societies.

Elisabeth Jay Friedman is professor of politics and Latin American studies at the University of San Francisco.

Constanza Tabbush is research associate at *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* and the Interdisciplinary Institute of Gender Studies, University of Buenos Aires (on leave) and research specialist at UN Women.

Friedman edited and co-wrote the introduction of *Seeking Rights from the Left: Gender, Sexuality, and the Latin American Pink Tide*, published by Duke University Press and [available here](#). Tabbush co-wrote the introduction and the chapter on Argentina.

This piece builds on an entry that first appeared in the [AULA blog](#)

Boaventura de Sousa Santos: um intelectual em defesa da universidade

AN Original

2020-01-23

Por **Júlia Figueredo Benzaquen**

Em dezembro de 2019, o professor Boaventura de Sousa Santos protagonizou uma série de atividades acadêmicas e políticas em Pernambuco. Na sexta-feira dia 13 de dezembro, o pesquisador recebeu da UFRPE e da UFPE o título de Doutor Honoris Causa. A merecida homenagem foi motivada pela excelência da sua produção, a qual inspira propostas acadêmicas dialógicas e comprometidas com as lutas sociais. A ideia de concessão do título é um desejo antigo do grupo de estudos “Curupiras: colonialidades e outras epistemologias”, que pode se concretizar devido a uma articulação com o “Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina”. A professora Allene Lage, coordenadora do Observatório, propôs a outorga do título pela UFPE e auxiliou os procedimentos encabeçados na UFRPE pelas professoras Júlia Figueredo Benzaquen e Maria do Socorro de Lima Oliveira. Em seguida uma versão resumida do discurso proferido no dia da outorga do título por Júlia Benzaquen, pesquisadora do Curupiras (a íntegra está [aqui](#)):

“A trajetória de atuação política e acadêmica de Boaventura de Sousa Santos se relaciona com o Brasil de diferentes maneiras e em variados momentos. Foi no Brasil, mais especificamente na favela do Jacarezinho no Rio de Janeiro que a ideia de justiça cognitiva surgiu como essencial para a ideia de justiça social. Os saberes dos moradores de Jacarezinho foram fulcrais pra Boaventura perceber a diversidade de saberes que eram/são sistematicamente ocultados, marginalizados, invisibilizados. Conhecimentos que eram/são úteis não só pros moradores da favela, mas também pra ciência e pro mundo.

Na trajetória do professor importa sublinhar a sua passagem por Recife no início dos anos 80 quando produziu um trabalho que analisa os conflitos urbanos da cidade do Recife, o caso Skylab. Na sua passagem por Recife trabalhou na UFPE, na Fundação Joaquim Nabuco e teve contato com as lutas dos movimentos sociais, se aproximando de Dom Helder Câmara.

A inspiração da obra do pesquisador se traduz em diversos processos de ecologia dos saberes na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Exemplos concretos e frutíferos de descolonização e desmercantilização da universidade, defendidos e teorizados pelo professor Boaventura, estão acontecendo na nossa universidade. São processos que prezam pela transdisciplinaridade, reorganização dos saberes universitários, pensamento crítico, compromisso social e democratização do acesso à universidade. Esses são processos que, ao contrário do que o governo Bolsonaro quer afirmar, não são majoritários. Num momento em que o conservadorismo e as ameaças à nossa democracia avançam com ataques à educação, sobretudo às Universidades Públicas, precisamos ainda mais descolonizá-la e desmercantizá-la.

Boaventura tem relação direta com o processo de expansão e interiorização das universidades que fortaleceu não só a UFRPE, mas o país como um todo. No começo de 2004, o professor apresentava ao ministro Tarso Genro, uma importante reflexão sobre a universidade. Mais tarde, nesse mesmo ano de 2004, a Unidade Acadêmica de Garanhuns da UFRPE é inaugurada historicamente como o primeiro campus do programa de Expansão e Interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior do Governo Lula. Esse é apenas um exemplo de como a obra do professor influencia a formulação de políticas públicas.

Outra relação importante que Boaventura possui com o Brasil foi a sua atuação acadêmica e política no Rio Grande do Sul, desde 1989, com a pesquisa sobre o Orçamento Participativo e as formas de democracia participativa. Essa relação com o Rio Grande do Sul se fortalece a partir de 2001 com a primeira edição do Fórum Social Mundial. Boaventura foi um dos formuladores do pensamento do Fórum. Foi a partir do Fórum que surge uma das mais importantes apostas do autor: a Universidade Popular dos Movimentos Sociais.

Na sua obra científica e na sua atuação enquanto intelectual-ativista, encontramos uma coerência ímpar. O professor é um intelectual de retaguarda, que conhece a riqueza do mundo e que nos presenteia traduzindo e potencializando essa diversidade em seus textos e intervenções. Nos ensina que é insuportável a acomodação na nossa sociedade e é impensável a desistência de construção de “outros mundos possíveis”.

Boaventura contribui cotidianamente e incansavelmente na construção de “outros mundos possíveis”, que são apostas que não se conformam com o presente de exclusão. São apostas que não apenas idealizam um futuro melhor, mas que trazem melhorias práticas no aqui e agora dos seus participantes, ou seja, são apostas presentes (ou seriam presentes em forma de apostas?). Santos visibiliza e potencializa (através da sociologia das ausências e das emergências) experiências tão diversas quanto a educação popular, a economia solidária, a agroecologia... Todas elas, de uma forma ou de outra, possuem em seus princípios a ideia de ecologia dos saberes (talvez não com esse nome) e possuem a incrível capacidade de combinar o que a razão indolente considera como antípodas (a ancestralidade com a inovação, o local com o universal, a teoria e a prática, o material com o transcendente). Nos provando que soluções existem e normalmente estão distantes dos centros ou no Sul (outro conceito vigoroso do pesquisador).

Boaventura celebra a diversidade e não está preocupado com sínteses, mas também não quer se perder na fragmentação. Daí a sua oposição ao relativismo, no sentido de manter forte o conceito de luta, porque se não tiver o conceito de luta tudo se despolitiza.

Hoje, infelizmente, as pessoas estão dispostas a abdicar da liberdade e da democracia em nome da ordem. Internacionalmente existe um acirramento da ultradireita. No Brasil, o bolsonarismo transformou o absurdo em discurso oficial.

Vivemos sob o governo de um pensamento conservador e autoritário, que repudia os direitos humanos e a radicalização da democracia. Alinhado à ideologia de mercado e à redução de direitos e das políticas sociais. Que defende a lgbtofobia, a misoginia, o racismo, o ódio ao conhecimento e à diversidade de idéias. Um estado policialesco e precisamos falar de Marielle Franco, Marcos Vinicius, Agatha, Paraisópolis e tanta juventude negra e periférica assassinada.

Nesse contexto, se multiplicam os registros de agrotóxicos, um absurdo aumento das queimadas e desmatamento, vazamento de petróleo. A natureza e seus povos estão entre os mais atacados. Assassinato dos índios Guajajaras. Leilão do pré-sal (a venda da nossa soberania), aumento dos feminicídios, mortes da população LGBTT, uberização do trabalhador, desempregados. Defesa da privatização dos serviços públicos. Avanço das pautas econômicas neoliberais como a reforma da previdência.

Nesse cenário há resistência e há avanços. Senado tornou o crime de feminicídio imprescritível, houve a criminalização da lgbtgobia pelo STF. O STF decidiu contra a execução de prisão após condenação em 2ª instância (Lula Livre! E pela liberdade de Rafael Braga e Renan da Penha e de todxs lutadores). A vazajato do Intercept foi importante para comprovar irregularidades do judiciário. Importa mencionar como resistência fundamental a greve nacional da educação em 15 de maio, o dia nacional de luta em 30 de maio, a greve geral de 14 junho, a greve da educação em outubro. Outros momentos significativos e importantes desse ano de 2019 foram a Marcha das mulheres indígenas e a Marcha das Margaridas.

A obra e a pessoa de Boaventura de Sousa Santos se somam aos processos de resistências e são ameaças a esse governo que está no poder. Intelectuais, como o professor, são fundamentais para a garantia de uma sociedade que respeite a pluralidade e onde tenhamos justiça social e justiça cognitiva.



Júlia Figueredo Benzaquen Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006) e doutorado em Pós-colonialismos e cidadania global pela Universidade de Coimbra (2012). Desde agosto de 2013 é professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, cooperação, educação não-formal, socialização e ciências sociais.



EPISTEMOLOGIAS DO SUL



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Universidade de Coimbra - Alta e Sofia
inscrito no Lista do Património Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

India Against its Own Citizen: CAA/NRC

In The Eye of the Storm

AN Original

2020-01-15

By Amit Singh

Under Hindu Nationalist Prime Minister Narendra Modi, India is increasingly declining from a vibrant democracy into a brutal fascist country. Gandhi is displaced by Savarkar- a Hindu ideologue who was inspired by fascists ideologies. Media, academia, judiciary and bureaucracy all being purged from dissidents. A vicious form of Hindu nationalism is imposed on the nation. Government controlled media is demonizing dissenting opinion of leftists, communist, liberals, seculars, and are complicit in government's action in constructing Hindu hegemonic cult of tradition and spreading xenophobic venom against religious minorities.

Current move to pass Citizenship Amendment Bill (CAA) and proposed NRC (National Register of Citizen), are natural outcome of the Hindu nationalist government who desire to make India a Hindu nation - where religious minorities shall be second class citizen. Constitutionally, India had been a secular country until the passing of CAA on 11th December 2019. Bill amended the Citizenship Act of 1955 by providing a path to Indian citizenship for Hindu, Sikh, Buddhist, Jain, Parsi, and Christian religious minorities that had fled persecution from Pakistan, Bangladesh and Afghanistan before December 2014. Muslims were excluded from this list implicitly setting the religion as criterion for citizenship under Indian law.

Earlier, in its effort to make India a Hindu dominated state, the BJP leadership pursued a series of policies; stripping Jammu and Kashmir of its special status with the dilution of Article 370, criminalisation of triple talaq, securing the Babri mosque site for a Hindu temple, moving towards a Uniform Civil Code, and now, the new citizenship law in conjunction with the promise to extend Assam's NRC to the rest of India.

The passing of the Citizenship Amendment Act has set off protests across the country, with many fearing that the controversial legislation which grants to select minorities from Pakistan, Afghanistan and Bangladesh Indian citizenship will be used in conjunction with the National Register of Citizens (NRC) to deem minorities as "illegal immigrants". The NRC first gained national prominence with its implementation in the northeastern state of Assam, but the citizens' registry is fuelling fear and panic in the nation. The NRC process has been conceived in a manner that spares Hindus, for the most part, the trouble of proving they are Indian citizens, since the CAA eventually offers pathways to Indian citizenship for them in a way that it does not provide to Muslims.

The amendment has been widely criticised as "fundamentally discriminatory" against India's 200 million Muslims. Critics express concerns that the bill would be used, along with the National Register of Citizens, to render many Muslim citizens stateless, as they may be unable to meet stringent birth or identity proof requirements. However, Hindu nationalist government, in the favour of this bill, argued, that Pakistan, Afghanistan and Bangladesh are Muslim-majority countries therefore Muslims are "unlikely to face religious persecution" there.

Passing of CAA has initiated a serious debate about whether India's State remains secular, or sliding into a theocratic state? Against CAA, people have expressed their anger in wide scale protests. From students, academics, traders to ordinary workers came out to protest against CAA in chilling winter. Initially, these protests were not lead by certain leaders or political parties; It was a collective resistance by the people to protect the secular nature of the Constitution-particularly to save the human rights of Muslims.

Assam and other northeastern states have seen violent demonstrations against the bill over fears that granting Indian citizenship to refugees and immigrants will cause a loss of their "political rights, culture and land rights". However, in other parts of India, protesters demanded that Indian citizenship be granted to Muslim refugees and immigrants. Major protests against the Act broke out at Aligarh Muslim University and Jamia Millia Islamia University; Students alleged brutal suppression by the police. In a short time, from December 19, 2020, protests have spread all over India, after the news of brutal suppression of Jamia Millia Islamia student by the police.

The protests have led to the deaths of several protesters, injuries to protesters and police personnel, damage to public and private property, the detention (sometimes unlawful) of thousands of people, and

suspensions of local internet mobile phone connectivity in certain areas. In BJP governed, Utter Pradesh, chief minister Yogi Adityanath vowed to avenge against protestors, consequently, police have resorted violence against them, brutally assaulted women and selectively damaged property of Muslims. Protestors are labelled as anti-nationals, Urban Naxals, “jihadis”, and “psecs” (pseudo secularists) and are often told to go to Pakistan by BJP leaders. Many BJP leaders incited people to resort violence against CAA protestors.

Interestingly, such vehement pan-India protests are noticed for the first time after the Indian independence in 1947. Protests against the proposed nationwide NRC and Citizenship Amendment Act occurred despite Section 144 imposed in certain parts of the country which do not allow more than four people to be assembled at one place. Civil society organisations, students, intellectuals and people from all walks of life are opposing CAA and NRC by questioning the established Hindu-Muslim binary. The Modi government, it seems, would have expected some kind of restricted resistance from opposition parties but didn't expect opposition from civil society, which is posing fundamental questions about India's political existence as a constitutional democracy. This assertion of civil society is going to determine the political fate of India in the near future.

Finally, it can be said, practically, it will be nearly impossible for many Indians (poor, Dalits, Tribals) to prove their citizenship since most of them do not pose any documents required for the Citizenship so the chances of millions, particularly minorities, being excluded in the NRC is quite high. However, CAA/NRC has divided and polarised Indians on the lines of religion and there is a risk of mass violence against Muslims. Ironically, it seems forces of Hindutva has achieved their goal of spreading hatred against Muslims. Narendra Modi and Home minister Amit Shah believe protests against the CAA and the NRC will see a long-term impact of reducing Muslims to second-class citizens in India, as they are in Gujarat. Also, national election in 2024 will most likely to benefits Hindu fundamentalist government.

CAA is fundamentally religiously discriminatory and poses a challenge to the idea of India which is inherently secular and diverse. Imposing Hindu domination in from of CAA could potentially initiate India's disintegration which is a multicultural and multi-ethnic nation.



Amit Singh is a doctoral candidate at CES and research fellow at the Centre for the Study of Indian Languages and Society (INLANSO), Varanasi, in India. His academic interests include freedom of expression, multiculturalism, religious fundamentalism, Hindutva, refugees, and secularism.



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



ces
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura
Universidade de
Coimbra - Alta e Sufra
inscreta no Livro de Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.